

YOU NUN SOU YOU: AS TEIAS QUE A LÍNGUA TECE

António Bárbolo Alves

(CEL; Academia das Ciências de Lisboa)

ABSTRACT

Mirandese, spoken in the extreme northeast of Portugal, is part of the universe made up of languages that originated from Vulgar Latin but differentiated and acquired their own characteristics over time. However, despite the apparent diversity, their common roots form a powerful chain of connections, analogies, or even identities, which mutually enrich each other and are guardians of that historical, linguistic, and cultural heritage rooted in Latin. In this communication, we appeal for the preservation of Mirandese as a contribution to the enrichment of our cultural landscape, to the safeguarding of linguistic diversity and local identity, and we present some examples of Mirandese words, belonging to this common lexical fund, that can illustrate how Romance languages relate and enrich each other in mutual understanding.

Keywords: Mirandese; Romance languages; philology; identity; heritage.

RESUMO

A língua mirandesa, falada no extremo nordeste de Portugal, faz parte desse universo constituído pelos idiomas que se originaram no latim vulgar, mas que se foram diferenciando e adquirindo características próprias. Contudo, apesar da aparente diversidade, as suas raízes comuns formam uma poderosa cadeia de conexões, analogias ou mesmo identidades, que se enriquecem mutuamente e são guardiãs dessa herança histórica, linguística e cultural enraizada no latim.

Neste artigo, apelamos à preservação do mirandês como contributo para o enriquecimento do nosso panorama cultural, para a salvaguarda da diversidade linguística e da identidade local, e apresentamos alguns exemplos de palavras mirandesas, pertencentes a esse fundo lexical comum, que podem ilustrar a forma como as línguas românicas se relacionam e se enriquecem na compreensão mútua.

Palavras-chave: Mirandês; línguas românicas; filologia; identidade; património.

Recebido em 15 de fevereiro de 2025.

Aceite em 31 de maio de 2025.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i2.591

1. *La boç de Miranda. A voz de Miranda*¹

*You nun sou you,
Chámo-me Manel, mas nun sou Manel;
Nun me chamo Marie, mas sou tamien Marie.
Punírun-me un nome, mas sou todos ls nomes
De ls homes i de las mulhieres
De la squina de l Nordeste
Sou la boç de la Tierra an que naci i me criei!*

*Toda la tristeza
De la giente mirandesa
Ye mar que m'antrou n'alma
I me roubou la calma
Sien modo nien lei!*

*Mar que fizo de mi un campo de batalha,
I anda comigo a las buoltas
Por caminos i atalhos que nien sei!
– Gritos que crécen,
I de tanto gritar çfahécen,
Óndeas que ban, óndeas que bénen! –
A que m'acumpararei?*

*Sou la boç de Miranda
(Cumo un pobrezico, roto, muerto, çfaimado,
Que pide un cacho de pan, un palheiro, ua croa)
A gritar para Lisboua:
“A que d'El Rei! A que d'El Rei!”*

Manuel Preto, *Bersos Mirandeses*

¹ Comunicação apresentada na Academia das Ciências de Lisboa, na sessão de tomada de posse como Sócio Correspondente da Classe de Letras.

O poema que acabamos de ouvir, intitulado “*La boç de Miranda*” – naquela que é, penso eu, a primeira vez que se ouve falar mirandês nesta Academia – é de Manuel Preto (1914-1983), um poeta mirandês que já não está entre nós. Neste poema que abre a sua obra póstuma “*Bersos mirandeses*” começa por dizer que não é ele que fala – *you nun sou you* – é a voz de todos os que falam e falaram mirandês. E deixou-nos, em forma de apelo, este poema, eco das muitas outras vozes que, desde a Terra de Miranda, reclamam, não ao Rei, mas a Lisboa, à Europa e ao mundo – especialmente ao mundo românico –, que ouçam a voz desta língua falada no extremo nordeste português. Num século em que assistimos, com indiferença generalizada, ao desaparecimento de metade das línguas humanas, seja-me permitido que a partir desta tão honrosa tribuna, não sei se com alguma ingenuidade ou com uma certa pretensão, lhes deixe alguns exemplos de como a língua mirandesa – à semelhança, diga-se, de todas as línguas do mundo – exprimindo e corporizando um *património*, isto é, um saber e uma sabedoria que deflui das suas raízes históricas e se enraiza na memória coletiva, merece a dignidade conferida a todas as outras línguas, representando um valor inestimável como elemento do genoma linguístico humano.

“*O mirandês é uma língua, e uma língua viva que deve ser contada entre as línguas da terra*” (Verdelho 1993:7). Recorrendo ao vocábulo alótropo *contar*, não no sentido de “calcular” mas sim de “relatar eventos”, “histórias” e “aventuras”, ou seja, de servir a arte e a imaginação, podemos nós acrescentar que a língua mirandesa nos *conta* a história de um grupo social e de uma cultura humana diferente de todas as outras. Conta uma maneira única de estar no mundo porque as suas palavras e expressões, transportando as marcas do seu fluir histórico, e na tensão permanente entre a semântica e a pragmática, ou seja, entre o significado sedimentado em lexemas e o significado social construído na prática discursiva, são portadoras de vida, comunicando o universo sensível, refletindo as ideias, a cultura e as emoções.

Quem visita a cidade de Miranda do Douro fica seguramente impressionado com a beleza e a sumptuosidade da sua *Concatedral*, mandada construir por D. João III, mas também com as frontarias da Rua da Costanilha, artéria principal de entrada na cidade onde, desde o século XV, as famílias mais privilegiadas quiseram deixar as marcas do seu estatuto social e económico. Mas sempre podemos perguntar qual a diferença entre as pedras destas luxuosas fachadas e a língua mirandesa. Entre as telas do magnífico Calendário da Concatedral, pintado na oficina do holandês Pieter Balten, por volta

de 1580, e os contos da literatura oral mirandesa. Qual a diferença entre as produções materiais e as produções imateriais?

Ambas são produto da imaginação e do génio humanos. Assim como os monumentos, as línguas são obras que devem ser preservadas. São o nosso património comum, atravessaram séculos, foram transmitidas de geração em geração, e é nosso dever não permitir que este património desapareça. Mais do que monumentos, análogos à esfinge egípcia, alta, sobranceira, mas silenciosa, as línguas são esfinges e são enigmas que nos interrogam, nos desafiam, mas que também nos respondem.

Ancoradas nos mito de Babel e no enigma da origem da linguagem, muitas teorias e mitos foram apresentando, ao longo dos séculos, a multiplicidade das línguas como resultado de um pecado, uma punição e uma maldição. Mas, do ponto de vista de ciência, a diversidade linguística é percebida da mesma forma que as ciências naturais entendem a biodiversidade, como um mecanismo fundamental para a qualidade de vida e equilíbrio dos ecossistemas.

Quando à dispersão linguística, o mito de Babel, enquanto narrativa genuinamente empenhada na explicação da diversidade linguística, dever também ser visto ao contrário: os homens não se afastaram um dos outros em virtude de falarem línguas diferentes, mas falam línguas diferentes porque se afastaram um dos outros.

Neste sentido, as línguas não existem em si. Subsistem porque servem de instrumento de comunicação aos grupos humanos, sendo a manifestação da faculdade da linguagem e também o reflexo das sociedades que as falam, espelhos da sua identidade, bases de construção e expressão de uma cultura. São o conhecimento repetido pelas gerações que nelas depositaram o seu saber e as suas emoções ou – nas palavras do filólogo Manuel Alvar – o “cofre onde gerações e gerações guardaram as suas experiências para que nós possamos dispor delas a qualquer momento”.¹

Mas se, superficialmente, cada língua tece o mundo de forma particular, a nível profundo, elas estabelecem conexões com os outros idiomas porque todas elas pertencem à mesma espécie, a espécie linguística. No caso do mirandês, língua latina, é com os idiomas românicos que estes vínculos se revelam mais intensos e mais fecundos. Vejamos por isso alguns exemplos.

¹ Manuel Alvar (s.d). *Las lenguas como libertad*. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-lengua-como-libertad-0/html/00ff851e-82b2-11df-acc7-002185ce6064_12.html . [Consultado dia 19.09.2023].

2. *La boç de las lhénguas.* | A voz das línguas

Para nos acompanhar nesta viagem convoco de novo a poesia de Manuel Preto, e os seus *Bersos mirandeses*, recorrendo agora a um pequeno excerto do poema “*Moços de Samartino*”:

*Hai bien moços – I que moços!
An San Martino d’Angueira:
Quando fâzen ua cousa,
Nunca la déixan a meio,
Siempre la fâzen anteira.
(...)*

*Hai bien moços – i que moços
An San Martino d’Angueira!
Agarrados al pendon,
Nun son para brincadeira.*

*Hai bien moços – I que moços!
An San Martino d’Angueira!
Hai-los d’a meia polaina,
I hai-los de polaina anteira!*

*Hai bien moços, hai bien moços,
Moços de fuorça i eideia,
Hai-los d’ua canhiça
I hai-los de canhiça i meia!*

Começemos por assinalar que, se este texto tivesse escrito hoje, certamente que o seu autor não repetiria tantas vezes a ideia de que, em *San Martino d’Angueira*, “*hai bien moços*”, ou seja, “há muitos jovens”. Infelizmente, como se sabe, o nosso interior vai ficando cada dia com menos pessoas, sobretudo jovens, e esse despovoamento é uma das principais ameaças à sobrevivência das culturas, das línguas e também do próprio país, que assim vai perdendo parte do seu património, da sua diversidade e da sua identidade.

Mas o que aqui nos interessa comentar não é a questão demográfica, são algumas formas ou palavras presentes no texto. E a primeira, que se repete ao longo do excerto, é a forma “*hai*”, terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo “*haber*”.

Trata-se de uma forma impessoal, que coocorre com “há”, e que contém uma preciosidade etimológica cristalizada no ‘i’ final”. Ela provém da forma do latim vulgar **hat* (em latim clássico ‘*habet*’) à qual se aglutinou o advérbio arcaico ‘*i*’ (ali), vindo do latim clássico ‘*ibi*’ (Lathrop 1984: 171 e Vasconcelos 1900: 415). Mas esta forma, comum ao mirandês e ao castelhano atuais, ainda presente na linguagem popular portuguesa e também na locução verbal do francês “*y avoir*”, encontramos-a igualmente documentada no português arcaico, nomeadamente na lírica medieval, como testemunha a cantiga de amor de D. Dinis “*Praz-mh a mi, senhor, de moirer*”, onde o advérbio ‘*i*’ gozava de tanta independência que podia ser separado da forma verbal (Vasconcelos 1900: 416):

“E certo podedes saber
que pero s’o meu tempo sal
per morte, nom a já i al.”

No segundo verso deste excerto encontramos as palavras “*an*” e “*Angueira*” que, tal como a forma “*anteira*”, que surge no quinto verso, pode levar os menos atentos a pensar que se trata de formas portuguesas pronunciadas de forma “arreesada” como, não há muito tempo, alguém escreveu sobre o mirandês.¹

Na verdade, em português, as formas provindas da preposição latina ‘*in*’², e dos grupos iniciais *im-* / *in-*, embora tenham também adquirido um traço nasal, conservam a vogal anterior ou palatal [ê] e [ĩ]. Em mirandês, à semelhança do francês, transformou-se em *an-*, tal como em ‘anteiro’, ‘entier’ (< INTEGRUM); ‘ancantar’; ‘enchanter’ (< INCANTARE); ‘antender’, ‘entendre’ (< INTENDERE); ‘antrar’, *entrer* (< INTRARE), entre outras (Alves e Barros 2012).

Para além de muitas outras palavras e expressões que deixam transparecer a singularidade da língua mirandesa, atentemos agora na forma ‘*eideia*’.

Embora venhamos afirmando e defendendo que todas as línguas par-

¹ Foi assim que, em 1971, por ocasião da inauguração da fronteira de Miranda do Douro e da visita, um jornalista classificou as palavras que, em mirandês, alguém dirigiu ao então Chefe de Estado que se deslocou à Terra de Miranda: ““*Um aldeão da freguesia de Ifanes, o sr. Marcelino Carrasqueira deu as boas vindas ao chefe de Estado, no arreesado dialecto castiço da região.*” (Alves 2006).

² A forma ‘*an*’ pode coocorrer com outras formas como *en*, *ne l* e *no*, que representam variantes locais e correspondem a diferentes contextos de utilização e diferentes estados de evolução da língua (Ferreira, Manuela Barros e Raposo, Domingos (ed.) 1999: 30).

tilham tendências gramaticais e apresentam rasgos comuns, todas elas apresentam também restrições sobre os sons que se podem combinar para formar sílabas, e essas restrições são muito diferentes de língua para língua (Moreno Cabrera 2015: 56). No caso do mirandês, embora não se trate propriamente de uma restrição fonética, podemos dizer que esta língua “não gosta” de *i-* inicial (*veja-se o caso anterior de in-*). Por isso, na maior parte das vezes, ditonga, como se constata com a forma ‘*eideia*’, à qual podemos acrescentar outros exemplos como *iceder, idade, eidentidade, igreija, einemigo, eterno*, etc. Noutros casos, esta tendência faz com que o *i-* inicial se transforme em *a-*, como acontece com a palavra ‘*armano*’ (port. ‘irmão’ <lat. GERMANU-), ou que desapareça, tal como se verifica com as formas ‘*Zabel*’ (port. ‘Isabel’) e ‘*nebro*’ (port. ‘zimbros’; cf. cast. ‘enebro’ <lat. IUNIPĒRUS).

Nos versos finais encontramos agora a palavra ‘*canhiça*’, que designa, na Terra de Miranda, uma estrutura de madeira que se coloca nos lados dos carros de vacas para amparar a carga ou então nas entradas das propriedades rurais, servindo de porta ou portão. Esta palavra, derivada do substantivo ‘CANNA’, e já presente no latim onde encontramos a forma ‘CANNICIUS’, apresenta um fenómeno que, tal como assinalou José Leite de Vasconcelos (1900: 278), “distingue radicalmente o mirandês do português”. Trata-se da palatalização da consoante dupla intervocálica -NN-, que, em português, se simplifica, e, em mirandês, tal como em castelhano, palataliza, como se pode atestar em formas como *anho* (< ANNU-), *panho* (< PANNU-), *cabanha*, (< CAPANNA-); *pequinho* (< *PICCINU-), entre outras.

Mas a proximidade entre o mirandês e o castelhano começa a desfazer-se quando olhamos para outro fenómeno de palatalização que ocorre com a consoante dupla intervocálica -LL-. Neste caso, o mirandês, em presença de uma vogal anterior ou palatal tem tendência a desenvolver um ‘i’ que falta em espanhol, tal como ocorre em palavras como *streilha* (< STELLA-); *eilha* (< ILLA-); *peinha* (< PENNA-), etc.

E porque falamos neste fenómeno fonético, a palatalização, lembremos que a transformação de L- inicial latino em LH- é justamente uma das características que permite diferenciar o mirandês, do português e do castelhano, aproximando-o dos dialectos leoneses, ao encontro das suas raízes históricas. Eis alguns exemplos: lat. LUNA- > mir. e dial. leon. *lhuna*; port. *lua*; cast. *luna*; lat. LUPU- > mir. e dial. leon. *lhobo*; port. *lobo*; cast. *lobo*; lat. LANA > mir. e dial. leon. *lhana*; port. *lã*; cast. *lana*; lat. LINU- > mir. e dial. leon. *lhino*; port. *linho*; cast. *lino*.

Mas a etimologia que, segundo a própria palavra, deveria ser a verdade

sobre as palavras, é, muitas vezes, um demónio de riso escarninho que nos pode levar por sendas perversamente sedutoras e malignas (Silva 2020). É o que acontece com as chamadas “etimologias populares”, quando se pretende encontrar o significado de uma palavra e, por semelhança fonética ou por atração semântica, se inventa uma etimologia. Um exemplo bem interessante deste fenómeno é o que ocorre com a palavra mirandesa “*meligrana*” – em português ‘romã’ – forma geralmente explicada pelo facto de ter ‘mil grãos’. Na verdade, trata-se de uma palavra cujas raízes etimológicas se foram tornando cada vez mais opacas, dificultando a sua recomposição. Contudo, nas suas conexões com outras línguas, ela encerra uma narrativa muito rica que nos transporta e nos convida a viajar pela história dos povos e das culturas. É neste intrincado labirinto que os demónios da etimologia, com os seus paradoxos e fascínios – tal como em muitas outras ciências – nos vão sempre deixando, como estratégia de sedução, uns grãozinhos de verdade. Nesta palavra, a raiz de “*grana*” não deixa lugar a dúvidas: ela provém da forma latina “*GRANUM*”, significando grãos e conservando, tal como é característico do mirandês, o *-n-* intervocálico.

Quanto ao étimo “*meli*” – às vezes pronunciado ‘*mili*’, justamente para o aproximar foneticamente de ‘*mil*’ – é necessário ir um pouco mais longe para encontrar uma explicação.

Começemos por recordar que o latim dispunha de vogais breves e longas. Mas esta distinção, sendo tão subtil, foi-se gradualmente perdendo, num processo que não ocorreu apenas com o nascimento das línguas românicas, mas se iniciou com a própria evolução do latim falado. Por isso, não admira que o étimo ‘*MĀLUM*’ (*mālum*, *i*: a maçã) com um ‘*ā*’ longo, pudesse ser confundido com ‘*MĀLUM*’ (*mālus*, *a*, *um*: o mal), que se pronunciava com um ‘*ă*’ breve [tal como aconteceu a S. Jerónimo ao traduzir a conhecida Vulgata]. Foi assim que S. Jerónimo, ao traduzir a Bíblia conhecida como a “*Vulgata*”, dado que se dirigia às classes populares, *i.e.*, ao vulgo, cometeu o lapso de traduzir a palavra ‘*mali*’ por maçã na expressão “*lignum sciante boni et mali*” (*a árvore do conhecimento do bem e do mal*). E assim, o erro de tradução converteu a maçã no fruto proibido, que a arte, nomeadamente a pintura renascentista, se encarregou de plasmar em belíssimas telas que a trouxeram até aos nossos dias.

Mas esta confusão não afetou apenas a tradução de S. Jerónimo. Por essa razão, as línguas românicas e, antes delas, o próprio latim vulgar, procuraram estratégias para evitar a confusão entre a “maçã” e o “mal”. E assim, em vez de ‘*MĀLUM*’, começou-se a utilizar o eufemismo ‘*POMUM*’ que, em

rigor, designa apenas um fruto com caroço, uma raiz que está presente no francês ‘*pomme*’, mas também no português ‘*pomar*’, assim como em outros falares peninsulares, como o catalão e o espanhol, na forma ‘*poma*’, onde coexiste, nesta última língua, com a forma ‘*manzana*’.

Na Península Itálica, ‘*MĀLUM*’ mudou para ‘*mela*’, e na Península Ibérica, de latim mais conservador, foi a expressão ‘*MALA MATTIANA*’, que designava uma variedade de maçãs, em homenagem ao botânico romano Caius Matius, que acabou por designar todo este tipo de fruto. A forma mirandesa ‘*maçana*’, conservando, como já vimos, o -n- intervocálico tem, por isso, a mesma origem etimológica que a portuguesa ‘*maçã*’ e a castelhana ‘*manzana*’.

Voltando à palavra “*meligrana*”, ela preserva assim a raiz latina, significando, etimologicamente, ‘maçã com grãos’, e não ‘fruto com mil grãos’. Contudo, uma vez perdida (ou esquecida) essa ligação etimológica, a palavra foi-se acomodando ao outro termo com o qual se crê que tem uma relação semântica. E assim, testemunhando essa herança comum, encontramos, em outros falares, como no português transmontano, “*milgrada*” ou “*milgrã*”, no galego “*milgrada*”, no catalão ‘*magrana*’, no aragonês ‘*mengrana*’, no italiano ‘*melograno*’¹, entre muitas outras.

A história das palavras é a história do mundo. Uma história que se entretetece com significados antigos, conexões mais ou menos ocultas, histórias que são a nossa história. Aquelas que o mirandês e as línguas românicas nos convidam a descobrir assentam no latim, mas prolongam as suas raízes pela herança mediterrânica, fenícia, grega, árabe ou judaica, sem esquecer os substratos de origem celta nem os contributos posteriores dos chamados “bárbaros”. É nestas teias que se fundamenta a robustez da nossa cultura: a cultura europeia (Alves e Barros 2012), de que as línguas são infindas guardiãs. Foi a pensar nelas que subintitulei esta comunicação com as palavras “As teias que a línguas tece!”. E ao relê-las, veio-me também à memória, certamente por proximidade fonética, o verso pessoano “Malhas que o império tece!”, do poema “O menino da sua mãe”. Mas, ao contrário, do poema em que o “império” é apontado como principal responsável pela tragédia da morte do menino-soldado, o império do latim, que foi a *língua de grande parte da Europa durante cerca de dois mil anos, é uma lembrança que estimula o nosso imaginário de cidadãos europeus, evocando relações e criando outras que destacam a nossa identidade comum.*

Um falante de português talvez tenha alguma dificuldade em entender

¹ Entre outros casos que passaram para a linguagem comum, podemos citar também o exemplo de “ferrolho”, que modificou sua forma etimológica (de ‘*VERUCŪLUM*’, diminutivo latino de ‘*VERU*’, ‘fechamento’) para o associar ao material de que é feito, o ferro.

como é que o fingimento – que normalmente tem uma conotação negativa –, pode ser visto como instrumento de criação literária, tal como o apresenta Fernando Pessoa no conhecido poema “Autopsicografia”.

A etimologia pode, desde logo, prestar algum auxílio, mostrando que o verbo “fingir” significa, segundo o *Dicionário da Academia das Ciências*, “dar uma aparência falsa; fazer crer o que não é verdade”, tendo origem no latim “FINGO, -ĒRE” onde significava ‘modelar’ ou ‘fingir’.

Efetivamente, este verbo era usado para referir o ato de criar algo usando as mãos, nomeadamente com a cera ou com a argila. A evolução semântica levou a que, nas línguas românicas, o significado incluisse o ato de criar algo imaginário ou fictício, transmitindo a ideia de engano, de simulação, de criação ou apresentação de algo que não é genuíno ou verdadeiro.

Mas também aqui a língua mirandesa pode dar o seu contributo. Com efeito, em mirandês, o verbo ‘*fenhir*’, com a mesma origem etimológica de ‘fingir’, reporta-se ao ato de moldar a massa do pão, uma vez levedada e pronta para fazer as ‘bolas’ ou ‘fogaças’ que hão de ser colocadas no forno. Por isso, aqui temos a ideia de ‘moldar com as mãos’ dando forma a um produto, o pão, de suma importância, alimentar e simbólica, nas culturas mediterrânicas. E assim, à luz deste ensinamento, podemos dizer que o poeta não é aquele que mente ou dissimula, é alguém capaz de transformar, de moldar e de criar, a partir da sua própria massa, *i.e.*, dos seus sentimentos, algo novo, tão real e verdadeiro como o fingimento inicial.

Neste terreno de fascínios e paradoxos que a etimologia nos convida a percorrer, o étimo latino ‘FINGĒRE’ conduz-nos também à palavra ‘esfinge’. Era ela que, na longínqua Tebas, com a sua ominosa pergunta e não menos odiosa figura, atormentava os humanos. O jovem Édipo superou-a e derrotou-a porque sabia que todos os enigmas se confundem com o “homem”, são o próprio “homem”. De igual modo, também as línguas acompanham a história humana, contam a nossa história, contêm saberes e costumes que representam em si mesmos uma forma de conhecer e de nomear o mundo. Cada língua representa uma cultura, um saber coletivo e uma parte do nosso património imaterial. Estudá-las e preservá-las é manter viva a herança comum e a memória da humanidade.

3. Zgarabatando (ne) l feturo. | Perscrutando o futuro

Ora, se nos ativermos unicamente ao espaço europeu onde, para além das línguas românicas, encontramos também as línguas germânicas e eslavas, sem esquecer o grego, o basco e as línguas celtas, forçoso é de concluir que,

se concedêssemos a cada língua o lugar que elas reclamam e merecem, os custos seriam provavelmente proibitivos. A nível global, se tivermos em conta [apenas] os dados que têm sido apontados por diferentes sociolinguistas, desde os trabalhos pioneiros, do início do século XIX, do polígrafo jesuíta espanhol Lorenzo Hervás y Panduro, considerado o pai da linguística comparada¹, até ao recente trabalho do sócio-linguista holandês Abram de Swaan (2001), sem esquecer os dados em permanente atualização do *Ethnologue*, verificamos que existem cerca de 7000 línguas. Mas elas não têm todas o mesmo estatuto nem se encontram todas na mesma situação. No passado dia 22 de setembro [de 2023] esta base de dados informava que 3593 se encontravam em situação estável, 3072 em perigo, 451 eram dadas como extintas, e apenas 492 são consideradas línguas institucionais, isto é, “línguas usadas e suportadas por instituições fora do espaço familiar e da comunidade.”²

Por isso, reconhecer todas as línguas e culturas é também ser capaz de desenhar políticas linguísticas, de planificação linguística³ ou, se quisermos, de glotopolítica⁴ (Calvet 2008), que vão ao encontro do multilinguismo, mas que sejam igualmente capazes de encontrar para cada língua um espaço diferente e talvez único.

No caso do mirandês, ainda que sem uma política verdadeiramente estruturada, têm sido dados passos relevantes no sentido do “reconhecimento político”, no processo de “codificação” e também de “modernização linguística”.

No plano político, o mirandês foi reconhecido como língua através da Lei 7/99, de 29 de janeiro. Esta lei, baseando-se no princípio da territo-

¹ *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, división, y clases de éstas según la diversidad de sus idiomas y dialectos*

² <https://www.ethnologue.com/> [consultado dia 22.09.2023]

³ Os conceitos de “política linguística” e de “planificação linguística” correspondem, conceptualmente, a características diferentes, ainda que relacionadas. O primeiro diz respeito à ideias, leis e regulamentos que têm como objetivo produzir mudanças nos comportamentos linguísticos de uma sociedade ou grupo social; o segundo diria respeito ao conjunto de decisões adotadas por uma autoridade, em princípio governamental, mas que também pode ser uma instituição ou mesmo um grupo de indivíduos, tendentes a conseguir os mesmos resultados (Kaplan & Baldauf 1997). Contudo, dadas as conexões e implicações mútuas no plano significativo entre os dois conceitos, alguns autores utilizam indistintamente as duas expressões (Siguan 2001).

⁴ O conceito de glotopolítica foi introduzido pelos sociolinguistas franceses Guespin e Marcellesi (1986) considerando que a “políticas linguísticas” e a “planificação linguística”, para além das ações ligadas estritamente ao sistema linguístico, deve também incluir as acções, conscientes ou inconscientes, da sociedade perante a língua, a fala e o discurso.

rialidade¹ e reconhecendo aos habitantes da terra de Miranda “o direito a cultivar e promover a língua mirandesa”, teve um papel muito importante, melhorando designadamente a atitude dos falantes perante o seu idioma, mas garantindo apenas o referido reconhecimento, ou seja, o direito de usar a língua em situações comunicativas.

A “*Convenção ortográfica da língua mirandesa*”, concluída e publicada também em 1999, num momento em que o mirandês ainda nem servia para se escrever a si próprio, apesar da sua simplicidade (ou talvez por isso), revelou ser um notável instrumento no processo de fixação e de difusão e do idioma, fomentando a produção escrita, mas sem responder a algumas questões como sejam a criação de neologismos ou a ortografia de alguns empréstimos.

Neste sentido, o processo de “modernização linguística”, que se tem desenvolvido sobretudo pelo contributo de escritores e tradutores, precisa também de ser aprofundado, nomeadamente com a elaboração de materiais auxiliares de escrita: prontuários, gramáticas, dicionários, etc.

No que respeita à descrição da língua, após os trabalhos pioneiros de Leite de Vasconcelos (1900 e 1901)², os linguistas têm continuado a estudar e a demonstrar a importância do mirandês quer para a compreensão do português, quer como elemento patrimonial e, mais recentemente, na intercompreensão das línguas românicas (Alves e Barros 2012). Vale a pena lembrar as palavras do filólogo pois elas, mais de cem anos depois, continuam a ser de uma atualidade premente. Depois de apresentar alguns exemplos de como “o conhecimento do mirandês” poderia ajudar no ensino e compreensão do português, e de mostrar que também em outros países como a Espanha, a França e a Itália se falam outras línguas, conclui: “*Em Portugal temos pouco, é certo; conservemos no entanto esse pouco!*” (Vasconcelos 1900: 165).

E a verdade é que o mirandês, apesar de todos os vaticínios que, desde há mais de cem anos, vêm prognosticando o seu desaparecimento, se tem “conservado”. Porém, apesar do muito que foi feito nas últimas décadas,

¹ Os sistemas multilingues podem orientar-se no sentido do princípio da territorialidade, como é o caso do mirandês, e o princípio da personalidade, que garante ao falante dessa língua determinados direitos, independentemente do lugar onde se encontra (Hamel 1993).

² Os argumentos linguísticos de José Leite de Vasconcelos baseiam-se na facilidade que o falante de mirandês tem na compreensão de algumas palavras cuja evolução fonética as tornou mais opacas para um falante de português. Exemplifica com a forma “boníssimo” que, para um mirandês, dada a conservação do –n- intervocálico e ao facto de o grau normal ser “buono”, explica mais facilmente o superlativo (Vasconcelos 1900:162-163).

não obstante os sinais de revitalização que é possível encontrar, a língua mirandesa apresenta também claros sinais de obsolescência e não está ao abrigo do cataclismo global que vem dizimando as línguas ao ritmo de duas ou três dezenas por ano (Hagège 2000). Os últimos trabalhos de pendor sociolinguístico apontam justamente no sentido de que, se nada for feito, o mirandês desaparecerá nos próximos 30 anos (Merlan 2009 e Costas 2023).

Por isso, também nesta matéria, é necessário ir mais longe, no sentido de ver o mirandês como um recurso e não como um problema, apresentando uma política e uma planificação linguística com uma visão integradora, que tenha em consideração o processo de implementação, nomeadamente através no sistema educativo, o desenvolvimento funcional do idioma e com a devida atenção aos falantes e às forças sociais.

A vida das línguas é uma interrogação permanente que abre as portas da memória e coloca questões de natureza diversa. No caso português, podemos olhar para o mapa de Portugal continental e ver apenas um retângulo, secular, de fronteiras bem definidas e onde o estado-nação se conforma e se confunde exclusivamente com a língua portuguesa. Podemos igualmente olhar para a Europa, nomeadamente para o espaço que foi o Império Romano, e ver um mapa segmentado pelas linhas de fronteira, pelos países e nações, pelas “pátrias-línguas” (Lourenço 1994: 185), um mapa estático de fronteiras políticas sempre provisórias. Ou podemos ver, uma vez quebradas as diferenças linguísticas de superfície, mapas animados pelas línguas e pelas culturas que pululam no espaço europeu, unidas por essa herança comum de que as línguas são guardiãs inesgotáveis.

As línguas românicas, incluindo o mirandês, são um tesouro vivo de diversidade. Ao preservá-las, estamos a salvaguardar a identidade local e a história das regiões. Ao estudá-las, estamos a mostrar que elas conectam comunidades, facilitam a comunicação e enriquecem a compreensão mútua. No contexto global, a preservação do mirandês e de outras línguas é um contributo para a diversidade linguística. Valorizar o mirandês é honrar a ligação entre passado, o presente e o futuro, enriquecendo o nosso panorama cultural pois, como escreveu o poeta mexicano Miguel León Portilla, “quando morre uma língua, fecha-se a todos os povos do mundo, uma janela, uma porta, um assomar-se de forma diferente a tudo quanto é ser e vida na terra”.¹

¹ No original: “*Cuando muere una lengua / entonces se cierra / a todos los pueblos del mundo / una ventana, una puerta, / un asomarse / de modo distinto / a cuanto es ser y vida en la tierra.*”

Termino de novo em mirandês, servindo-me agora das palavras de José Saramago, n' *O Ano da morte de Ricardo Reis*, que me arrisco a traduzir:

Ricardo Reis pára delante de la státua de Eça de Queirós, ó Queiroz, por cabal respeito de l'ourtografie que l duonho de l nome usou, ai cumo puoden ser defrentes las maneiras de screbir, i l nome inda ye l menos, assombroso ye faláren estes la mesma lhéngua i séren, un Reis, l outro, Eça, talbeç seia la lhéngua que bai scollendo ls escritores de que precisa, sírbe-se deilhes para que spríman ua parte pequinha de l que ye, quando la lhéngua houbir dezido todo, i calhado, siempre quiero ber cumo iremos nós a bibir.

Referências bibliográficas

Alves, António Bárbolo. 2006. “La lhéngua mirandesa: ancruzelhadas i caminos de l último secló.” In: Morala Rodríguez, José Ramón (coord.). *Ramón Menéndez Pidal y el dialecto leonés*, León, 295-323.

Alves, António Bárbolo e Barros, Anabela Leal de. 2012. “Le mirandais, langue du Portugal. Son rôle à l’égard du portugais et d’autres langues romanes.” In: Herrerias, José Carlos (dir.), *L’Europe des 27 et ses langues*, Collection Europe(s), Valenciennes: Presses Universitaires de Valenciennes, 447-461.

Calvet, Louis-Jean. 2008. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial.

Costas, Xosé Luis (coord.). 2023. *Persente i feturo de la lhéngua mirandesa. Studo de ls usos, atitudes i cumpetências lhenguísticas de la populaçon mirandesa*. Vigo: Universidad de Vigo.

Ferreira, Manuela Barros e Raposo, Domingos (ed.). 1999. *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, Miranda do Douro e Lisbon: Câmara Municipal de Miranda do Douro e Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Guespin, Louis e Marcellesi, Jean-Baptiste. 1986. “Pour la glottopolitique”, *Lan-gages*, 83, 53-34. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1986_num_21_83_2493. [consultado dia 15.09.2023]

Hagège, Claude. 2000. *Halte à la mort des langues*. Paris: Editions Odile Jacob.

Hamel, Rainer Enrique. 1993. *Políticas y planificación del lenguaje: una introducción*, México: UAM. Disponível em: <http://www.hamel.com.mx/Archivos-Publicaciones> [consultado dia 10.09.2023].

Kaplan, Robert B. e Baldauf, Richard B. .1997. *Language planning: From practice to theory*. Clevedon: Multilingual Matters. Disponível em: <https://books.google.pt/books> [consultado dia 10.09.2023].

Lathrop, T. A. 1984. *Curso de gramática histórica española*. Madrid: Ariel.

Lourenço, Eduardo. 1994. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Merlan, Aurelia. 2009. *Situación sociolingüística de una lengua minoritaria en la*

zona fronteriza português-española. Uviéu/Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana.

Moreno Cabrera, Juan Carlos. 2015. *La dignidade e igualdade de las lenguas*. Madrid: Alianza Editorial.

Siguan, Miguel. 1992. *España plurilingüe*. Madrid: Alianza.

Silva, Vítor Aguiar e. 2020. *Colheita de Inverno. Ensaio de teoria e crítica literárias*. Coimbra: Almedina.

Swann, Abram de. 2001. *Words of the world. The global language system*. Cambridge: Polity Press.

Vasconcelos, José Leite de. 1900. *Estudos de filologia mirandesa, vol. I*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcelos, José Leite de. 1901. *Estudos de filologia mirandesa, vol. II*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Verdelho, Telmo. 1993. “Falares asturo-leoneses em território português”. *Lletres Asturianas: Boletín Oficial de L’Academia de la Llingua Asturiana*, (50), 7-25.